

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2024 DO CONSELHO**  
2 **ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ - CEPI/PR**  
3

4 Ao décimo segundo dia do mês de novembro de 2024, com início às treze horas e  
5 quarenta minutos, reuniram-se presencialmente no IDR os **Conselheiros**  
6 **Governamentais:** Andre Luiz Brandão/SESP (Titular), Miriam Fuckner/SEAB (Titular),  
7 Caroline Willrich/FUNAI (Suplente), Lucimar Pasin de Godoy/SESA (Titular), Daniel  
8 Andreatta/SEDEF (Suplente), Claudia Chipon Staude/SEEC (Suplente), Renê Wagner  
9 Ramos/SETI (Suplente), Gustavo Henrique Mussi Augusto/CC (Titular), Melissa Colbert  
10 Bello/SEED (Titular). **Conselheiros da Sociedade Civil:** Antoninho Karay Delani/Etnia  
11 Guarani (Titular), Miguel Alves/Etnia Kaingang (Titular), Everton Cipriano/Etnia Kaingang  
12 (Titular), Adriano da Silva/Etnia Xetá (Titular), Angelo Kãvigtánh Rufino/Etnia Kaingang  
13 (Titular), Valdemar Kehunh Cassemiro da Silva/Etnia Kaingang (Titular), Izaías  
14 Benites/Etnia Guarani (Titular), Celio Timoteo/Etnia Guarani (Suplente), Cornelio Veravy  
15 Alves/Etnia Guarani (Suplente), Marcia Jera Pires de Lima/AMIOR (Titular), Wallace  
16 Raulino Sampaio/Etnia Guarani (Suplente), Eloy Jacintho/Etnia Guarani (Titular), Fátima  
17 Kóyo Lourenço/Etnia Kaingang (Titular), Osmarina de Oliveira/CIMI (Titular). **Ouvintes e**  
18 **convidados:** Luiz Antonio Mariotto Neto/COHAPAR, Schirle Margaret dos reis  
19 Branco/IAT, Mauro Leno/FUNAI, Camille Vieira da Costa/DPE, Reginaldo/SANEPAR,  
20 Franciele Alves da Silva/COPEL, Ricardo Baraviera Sobrinho/DSEI, Mateus Camilo dos  
21 Santos/IAT, Fernanda Lima dos Santos/Kaingang, Ge Figueiredo/SEMIPI, Natália  
22 Schmidt/SEMIPI, Hayanne Iovanovitchi/SEMIPI, Olympio de Sá Sotto/MPPR,  
23 Rafael/MPPR, Giovana Magnaguagno/IAT, Barbara/CAOPJDH, Caroline/CAOPJDH.  
24 **Secretária-executiva:** Taise Alessandra Passos. **Pautas:** 1. Boas-vindas do Presidente; 2.  
25 Verificação de quórum; 3. Leitura e Aprovação das pautas; 4. Informes Gerais; 5.  
26 Aprovação das Atas das reuniões dos dias 25 e 26 de setembro; 6. Preenchimento do  
27 relatório das comissões, coordenadores e relatores; 7. Relato das Comissões; 8. Relato  
28 do CONDISI; 9. Aprovação do Calendário de reuniões de 2025; 10. Solicitação de vagas  
29 para FUNAI no Sul; 11. Comissão/Câmara temporária; 12. Curso de formação para  
30 conselheiros – 13/10; 13. Regularização Kakané Porã; 14. Encerramento. A **Secretária-**  
31 **executiva** inicia a contagem do quórum e declara aberta a reunião. **Miguel/Etnia**  
32 **Kaingang:** inicia a leitura e aprovação das pautas. **Eloy/Etnia Guarani:** solicita a inclusão  
33 de pauta do encontro dos caciques pela necessidade de uma reunião mais ampliada,

entre as lideranças do Conselho e lideranças de base, e a inclusão de uma discussão a respeito da COP30 de 2025, em que acha importante a participação das lideranças indígenas e do Conselho. **Miguel/Etnia Kaingang:** afirma uma série de preocupações em relação aos projetos que serão vinculados ao programa do Estado, de acesso a recursos que os indígenas não tem. Comunica a importância das lideranças indígenas do Conselho participarem como comissão representativa dentro do Conselho do Estado. **Secretária-executiva/Taise Alessandra Passos:** explica que a pauta demonstrada inicialmente estava incorreta. Questiona Osmarina se tinha necessidade de manter a pauta de repasse de informações sobre as negociações do STF na ACO 3555, e ela afirma. **Miguel/Etnia Kaingang:** solicita inclusão da convocação de reunião online extraordinária. **Inclusão de Pauta:** Encontro de Lideranças; COP30 e Convocação de Reunião Online Extraordinária. Pautas aprovadas. **Pauta: Informes gerais.** **Secretária-executiva/Taise Alessandra Passos:** Divulga a Conferência Territorial de Mulheres Indígenas, na qual a organização está partindo do Ministério das Mulheres, Ministério dos Povos Indígenas, ANMIGA e Aporã eté. A SEMIPI foi convidada para apoiar a conferência no sul, que será realizada em Piraquara/PR, no território do Eloy, e acontecerá entre os dias 09 e 13 de dezembro. A SEMIPI não está no processo de organização e será apenas apoiador, está trazendo a pauta a título de informe pois talvez venha uma solicitação para o Conselho indicar participantes. Provavelmente serão indicadas a Fátima e a Marcia, mulheres indígenas. **Miguel/Etnia Kaingang:** pergunta da participação da associação de mulheres indígenas. **Eloy/Etnia Guarani:** cita que o encontro vem sendo organizado pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), pelo Ministério dos Povos Indígenas e algumas organizações de base também. É um encontro de mulheres preparativo para a conferência nacional, que já tem algumas delegadas, mas que serão escolhidas outras também. O objetivo é fazer o levantamento de pautas e demandas dos territórios. O convite para a SEMIPI é por parte do Ministério dos Povos Indígenas, eles ainda não tem um posicionamento favorável da SEMIPI por parte do apoio e seria bom afinar essa relação pelo Conselho. O território não tem estrutura para um evento desse porte, nesse sentido pede o apoio dos órgãos presentes por conta de tenda, alimentação, banheiros químicos. A escolha do território é para trazer um evento como esse para uma localidade de reencontro e mostrar a realidade da vivência das mulheres em territórios que não tem a estrutura que as vezes um demarcado tem. **Secretária-executiva/Taise**

66 **Alessandra Passos:** A Secretária Leandre, ela e a Diretora Mariana participaram de uma  
67 reunião com a Pagu, diretora do Ministério das Mulheres, e a Secretária já se  
68 disponibilizou a colaborar com a alimentação, transporte e produtos de higiene. De  
69 qualquer maneira, o que mais surgir de demandas e os órgãos que tiverem interesse de  
70 colaborar estarão trabalhando nisso, mas o protagonismo não será da SEMIPI.  
71 **Eloy/Etnia Guarani:** A limitação do evento é por conta das condições. É um evento  
72 aberto para as mulheres, mas dentro das condições da organização é limitado para  
73 conseguir trazer as futuras delegadas, fora isso, o grupo de mulheres que conseguirem  
74 participar também é importante. **Marcia/AMIOR:** cita que é importante esse momento  
75 para fortalecer as mulheres cada vez mais na luta, e que precisam do suporte dos  
76 homens para que possam trabalhar junto, para dar uma equilibrada. Enquanto mulheres  
77 não importa a etnia, devem sempre trabalhar juntas e se fortalecer, pois a luta da AMIOR  
78 é de acolhimento, de ouvir, o que é importante demais. Sempre participa de encontro de  
79 mulheres, é o momento de se entenderem melhor, conversar. É difícil entender como  
80 funciona a cabeça dos homens, e a mesma coisa os homens não entendem a cabeça das  
81 mulheres, por isso é importante diálogo e acompanhamento. **Fátima/Etnia Kaingang:** cita  
82 a importância do encontro para as mulheres indígenas como forma de se entenderem,  
83 como conhecimento e troca de experiência, desse modo o fortalecimento será maior.  
84 Garante que estará presente para tentar ajudar a entender os problemas enfrentados, e  
85 que quer o fortalecimento das opiniões das mulheres. Será importante se todos os  
86 conselheiros apoiarem as propostas das mulheres. **Adriano/Etnia Xetá:** realiza um  
87 apontamento na fala da Marcia e da Fátima, em São Jerônimo começou um movimento  
88 das mulheres indígenas pensando no futuro, as lideranças apoiaram a luta até que uma  
89 mulher indígena se lançou vereadora e pela primeira vez foi eleita. Expõe a importância  
90 das mulheres na luta, sempre tiveram o apoio dos homens e o que faltava era se  
91 colocarem a frente, as mulheres precisam pegar o que é de direito delas. **Secretária-**  
92 **executiva/Taise Alessandra Passos:** Na câmara das mulheres indígenas no comitê de  
93 enfrentamento a violência há vários órgãos e a ideia é ser uma câmara temporária que  
94 entregue produtos que tenham resultados voltados para a criação do protocolo e fluxo de  
95 recebimento das denúncias de violência e quais órgãos as mulheres podem recorrer em  
96 caso de violência. Realiza o próximo informe referente a alteração da lei do Conselho que  
97 estava sendo solicitado desde a primeira reunião para alteração de algumas palavras e a

98 forma de se referir a cultura indígena. Como também, a inclusão de mais uma cadeira  
99 para a etnia Xetá e para a SEAP, por conta do sistema paritário. Além disso, será aberto  
100 um edital para complementar essas vagas, bem como a vaga da suplência da Fátima,  
101 questiona se todos concordam esperar sair a lei para abrir um edital só para preencher as  
102 vagas. Solicitação aprovada pela plenária. **Miguel/Etnia Kaingang:** diz que como vai sair  
103 o edital podem esperar, pois até então a Fátima já está exercendo a função. Todos  
104 concordam. Ainda, volta para o encontro de mulheres e expõe que as vezes os homens  
105 são entendidos diferentes, mas que é apoiador da causa pois tem três filhas mulheres,  
106 família e tem visto o que tem acontecido com as mulheres. A troca de experiência tem  
107 mudado a visão dos povos, indiferente de ser indígena ou não e das etnias, pois o  
108 preconceito existe entre a população indígena também, e esse evento traz uma inovação  
109 de parceria entre os grupos e deve acontecer mais vezes, cita que tem uma associação  
110 de mulheres em sua comunidade e que podem contar com o apoio.  
111 **Pauta: Aprovação das Atas das reuniões dos dias 25 e 26 de setembro.** Atas  
112 aprovadas. **Pauta: Relato das Comissões.** Comissão de Território e Saúde:  
113 **Miriam/SEAB:** os primeiros protocolos foram sobre a questão de saneamento e água,  
114 que inicialmente era somente sobre Guaíra e Terra Roxa, mas o debate avançou de  
115 forma abrangente para as comunidades. A Sanepar explicou sobre o abastecimento de  
116 água no oeste. Informa que as comunidades ainda seguem com falta de água, e o  
117 encaminhamento foi de um ofício do Conselho e DSEI para a Sanepar pedindo ampliação  
118 do volume das caixas de água nas comunidades. As comunidades farão os  
119 levantamentos e encaminharão para o Neoli, para que ele prepare a documentação a ser  
120 enviada. Também foi levantada a questão do Posto Velho com relação a abastecimento  
121 de água, mas já foi entrado em contato com a empresa e amanhã a empresa estará lá. O  
122 ofício do Conselho Tutelar a representante do DSEI passou que já estaria encaminhado.  
123 **Carolina/FUNAI:** cita sobre a necessidade de considerar as soluções efetivas e  
124 definitivas pela Sanepar, pois o caminhão-pipa é apenas paliativo. **Miriam/SEAB:** segue  
125 sua fala sobre a definição de políticas públicas efetivas e duradouras, a Sanepar prezou  
126 por atender as questões emergenciais agora, mas alguns termos de cooperação estão  
127 sendo negociados com os municípios para questões mais duradouras. Menciona a  
128 necessidade da SEMIPI começar a trabalhar a articulação entre as secretarias e a  
129 elaboração do plano dos povos indígenas, para que possam trabalhar em cima de metas



130 e recursos para desenvolver as ações. Cada secretaria tem seu plano e coloca toda a  
131 população, sendo assim as secretarias não podem deixar de olhar para as demandas dos  
132 povos indígenas. O outro tema trabalhado foi o da saúde mental, qual envolve vários  
133 fatores como moradia, segurança alimentar, cultura, e entra aqui novamente a  
134 importância de ter o plano estadual que abarque a amplitude das questões e que possa  
135 trazer soluções efetivas para que não se fique mais discutindo as consequências. Foi  
136 trazido na câmara também sobre a falta de preparo dos profissionais de saúde com  
137 abordagem especializada para povos indígenas, questão que reflete a necessidade de  
138 capacitação e reforça que o plano traga as questões de moradia. Necessidade de chamar  
139 a COHAPAR para uma conversa para ter questões e projetos específicos para atender a  
140 comunidade indígena (pegar projeto já iniciado na SUDIS). Sobre o plano, cita a  
141 possibilidade de se criar um fundo estadual como nos outros conselhos, para o  
142 atendimento de questões emergências e desenvolver propostas de fomento, infraestrutura  
143 e projetos que poderiam ser discutidos no Conselho para serem trabalhados com o fundo.  
144 **Schirle/IAT:** na questão dos fundos, seja levantado nos outros conselhos se há  
145 indicativos das questões indígenas para que possa canalizar no que é discutido nas  
146 comissões, para ver a possibilidade de apoio nas iniciativas. **Luiz/COHAPAR:** em reunião  
147 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná (CEDIPI) foi enviado um  
148 ofício pedindo como o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná (FIPAR) poderia  
149 apoiar a questão dos povos indígenas. O plano ajuda o Conselho a ter metas para cobrar  
150 e legitimar que as secretarias possam destinar recursos. **Eloy/Etnia Guarani:** informa que  
151 recebeu ontem um comunicado sobre os comitês de discussão das bacias hidrográficas,  
152 na realidade a demanda é pela presença indígena nos comitês. Essas questões também  
153 discutem fundos, solicita aos caciques que levem as lideranças de base essa informação.  
154 **Secretária-executiva/Taise Alessandra Passos:** pode ser enviado ao grupo do  
155 Conselho para que vejam como encaminhar. **Schirle/IAT:** a coordenadora estadual de  
156 bacias hidrográficas é a Daniella Tortato. **Adriano/Etnia Xetá:** a etnia Xetá está com  
157 território parado, avançou 40% e parou após ser contestado pela igreja e fazendeiros. A  
158 FUNAI parou com a delimitação, e solicita quando forem discutir nas câmaras que relatem  
159 sobre os povos Xetá, que sofreram e estão divididos em outras aldeias. Se sentem tristes  
160 pois não são citados nos debates, e que são a única etnia do paraná que não tem terra,  
161 pois a FUNAI e os órgão públicos cruzaram os braços. Pede que lembrem nas câmaras

técnicas da questão dos Xetá, diz que entrou na câmara errada mas que pede para que lembrem das demandas. **Secretária-executiva/Taise Alessandra Passos:** explica que um dos relatos da câmara de território foi propor uma reunião com a COHAPAR ou retomar o levantamento entregue para SUDIS relacionado a moradia, solicita colaboração dos coordenadores das câmaras para que ajudem com os encaminhamentos. Expõe que na última reunião teve dois encaminhamentos relacionados ao território Xetá, pede para que fiquem em cima disso para não deixar a pauta se perder, e que caso queira trocar de câmara pode realizar a troca, pois acredita que ninguém vai ter nada contra. **Adriano/Etnia Xetá:** indica que vai permanecer na de comissão de direitos humanos, e quando a Indioara entrar vai para a de território. **Mauro Leno/FUNAI:** explica sobre o trabalho da FUNAI, desde dois mil e vinte e dois abriram a frente da causa Xetá e na transição de governo Lula a causa foi colocada como uma prioridade nesses quatro anos, mas administrativa e juridicamente hoje a FUNAI não tem como atuar. O que está impedindo a demarcação do território é unicamente a agropecuária Santa Maria por meio de questões judiciais. Estão pensando as medidas pelas beiradas que podem fazer para chegar a dona do território, que hoje é de uma das pessoas mais ricas do Brasil, e estão tentando chegar nessa pessoa para que possam devolver o território, que não é pelos impeditivos administrativos e jurídicos que estão de braços cruzados, estão sempre correndo junto e se compromete enquanto antropólogo, não enquanto FUNAI, então estão correndo pelas beiradas para ver se acham outra solução. Na audiência pública com o Renato Freitas foi sugerido um fundo do Governo do Estado para que consigam essa terra, pois efetivamente, administrativamente e juridicamente não conseguem avançar. **Caroline/FUNAI:** cita que na reunião passada foi solicitado um comunicado ao governador, pois o governo foi o responsável pela expulsão dos Xetás do território. O encaminhamento ao governador foi de solicitar apoio expresso, por ser documentada essa expulsão, para que o governo reconheça esse fato e tome frente na resolução. **Mauro Leno/FUNAI:** passou para a SUDIS o modelo que o Rio Grande do Sul adotou para outras terras indígenas, reconhecendo sua parte na titulação e pagando a terra, com a FUNAI pagando as benfeitorias, que passaram para o Governo do Estado como o Rio Grande do Sul resolveu a questão lá. A plenária cita sobre ser um encaminhamento possível chamar o governador para participar do encontro de caciques. **Eloy/Etnia Guarani:** entende que é um compromisso do atual governo com o Ministério dos Povos

194 Indígenas, e que mais uma vez é uma questão muito específica dos Xetá, traz essa dor  
195 que carregam de ver o tempo passar e as coisas não avançarem. O Conselho pode  
196 promover uma audiência com o Ministério dos Povos Indígenas, FUNAI e o conselheiro  
197 do povo xetá. **Osmarina/CIMI:** fala sobre a necessidade de ampliar as formas de  
198 solucionar, fazendo uma audiência na Câmara dos Deputados com a Deputada Célia  
199 Xakriabá, e que viabilize o encontro para que os xetás se reúnam para pensar uma  
200 estratégia, reunir com o MP, é necessário que o MPF faça uma ação de reparação  
201 também. **Miguel/Etnia Kaingang:** reforça a necessidade de encaminhamento.  
202 **Schirle/IAT:** aborda a necessidade de levar as pautas mais importantes do Conselho  
203 para o governador. A plenária comenta sobre enviar convite para o governador para o  
204 encontro de caciques, deixar data definida para que os conselheiros se organizem de que  
205 forma farão para que o governador se faça presente. Sugestão de criação de câmara  
206 temporária para os estudos da pauta da demarcação. Seguem para a próxima pauta sem  
207 encaminhamento. Comissão de Direitos Humanos: **André/SESP:** comenta primeiramente  
208 sobre fornecimento de cestas básicas para aldeia Pindoty na Ilha da Cotinga em  
209 Paranaguá, na qual as famílias não estão recebendo as cestas regularmente.  
210 Encaminhado para a SEMIPI realizar resposta que ressalte a importância da regularidade  
211 de entrega das cestas. A Prefeitura de Maringá respondeu que há duas casas de  
212 passagem uma com cinquenta famílias para Terra Indígena do Ivaí e outra governamental  
213 para cinquenta pessoas. A prefeitura de Guaíra respondeu o ofício sobre o número de  
214 crianças indígenas matriculados na rede pública, mas alegaram a Lei de Proteção de  
215 Dados para não responder. A comissão entende que a solicitação foi feita não de dados  
216 individualizados e sim de números de crianças em geral. Deliberação do CEDCA sobre  
217 cestas básicas durante a pandemia, não houve resposta. **Secretária-executiva/Taise**  
218 **Alessandra Passos:** cita que encaminhou ofício pedindo informações para FUNAI e  
219 CONAB, para que pudesse ser respondido o Ofício sobre a distribuição de cestas básicas  
220 da aldeia Pindoty. A pauta da casa de passagem foi o encaminhamento da última reunião  
221 em que foram solicitados todos os regimentos das casas de passagem. Sobre o CEDCA  
222 foi também um encaminhamento da reunião passada, que não entendeu o contexto do  
223 por que foram solicitados esses dados no relato da reunião passada. **Carolina/FUNAI:** a  
224 FUNAI recebeu o mesmo ofício da Defensoria Pública, certas informações a Defensoria  
225 não sabe, mas que a pergunta é descabida pois não existe nenhuma frequência de

226 entrega de cestas, não existe um contrato com a CONAB para a entrega de cestas.  
227 Existem aldeias que recebem do município pois o CRAS entrega, e não existe ninguém  
228 responsável por entregar cesta básica nas aldeias. Indígenas não recebem bolsa, recurso  
229 e nem cesta básica, que a FUNAI entrega quando tem. **Mauro Leno/FUNAI:** é importante  
230 que a assistência social esteja com os levantamentos das aldeias em dia, por que isso  
231 aumenta o repasse do Governo Federal para o município. Como por exemplo em Balsa  
232 Nova há ocupação recente e já está sendo cadastrada para que seja repassado dinheiro  
233 para prefeitura a ser direcionado as comunidades indígenas. O problema é que muitas  
234 vezes a prefeitura não usa o dinheiro nas comunidades. Até dois mil e dezenove a FUNAI  
235 teve um contrato com a CONAB para entrega de cestas, quando foi descontinuado era  
236 pandemia e a FUNAI demorou seis meses para comprar a cesta básica emergencial. O  
237 Fundo da Criança e Adolescente Indígena e Quilombola que supriu essa demanda. Afirma  
238 que quando precisam emergencialmente de seis milhões do Estado para cestas básicas  
239 conseguem, mas quando pedem dez milhões para a SEAB para uma estrutura que dê  
240 autonomia produtiva para as comunidades para garantir sua segurança alimentar não  
241 conseguem. Pede que no Conselho possam fazer esse direcionamento de ações  
242 estruturantes no Estado. As únicas cestas que a FUNAI entregou junto a CONAB é por  
243 conta do conflito do Condá em Mafra, Balsa Nova e Parque do Mate. **Comissão de**  
244 **Educação e Cultura: Renê/SETI:** Primeiramente ficaram com o protocolo sobre as  
245 empresas terceirizadas da área da educação que pagam salários baixos e estão  
246 causando problemas, assim, encaminham que a SEED solicite fiscalização trabalhista  
247 junto as empresas terceirizadas. O segundo protocolo foi com relação ao luto que ocorre  
248 quando algum parente de uma criança morre, as escolas não param, por vezes as  
249 crianças levam faltas o que entra em conflito com a cultura. Proposta para que todos  
250 fizessem reivindicação para que pudesse ser realizado com os alunos um ato de  
251 conhecimento da cultura e participação do luto, pois tem que ser respeitado. Comenta que  
252 seria interessante o Conselho enviar solicitação para a SEED relatando que a questão do  
253 luto apareceu nas câmaras e para que as escolas entrem com projeto para que os  
254 professores possam acompanhar o luto e a cerimonia, desse modo integrando a cultura  
255 local. Com relação a saúde, sugere uma reunião com a SESA, SESAI e prefeituras para  
256 delimitar as competências no atendimento a problemas relacionados a educação especial,  
257 convocar reunião mediada pelo Conselho, com presença do MP para que esses entes



258 definam até onde vai a competência de cada um. Além disso, levar junto a SETI uma  
259 proposta para realização de cursos, sendo ligados a formação do idioma e de professores  
260 de guarani, kaingang e xetá, das plataformas nas escolas, pedagogia geral.  
261 **Melissa/SEED:** complementa no detalhamento da sugestão de formação, que é tanto em  
262 nível de licenciatura voltada para o ensino das línguas quanto proposta de formação de  
263 professores que estão trabalhando no ensino da língua indígena para construção de um  
264 referencial de currículo no ensino das línguas indígenas. **Secretária-executiva/Taise**  
265 **Alessandra Passos:** sobre a questão dos dados de corte do Bolsa Família para as  
266 crianças que não estão mais conseguindo frequentar as escolas. **Izaías/Etnia Guarani:**  
267 explica que estão com problemas com os ônibus que não passam quando chove, as  
268 crianças faltam e as mães perdem a bolsa. Entrou em contato com o pessoal do CRAS  
269 mas algumas mulheres ainda não estão recebendo. Inclusive seu filho quebrou o braço,  
270 pegou atestado mas acabou com falta e foi cortada a bolsa, que mesmo com atestado as  
271 faltas estão sendo lançadas. **Antoninho/Etnia Guarani:** cita sobre as especificidades das  
272 questões de luto, que não pode atrapalhar os dias letivos e esse não é um problema da  
273 comunidade dele. Dentro do território dele, ele tem essa autonomia, então depende de  
274 cada território, essa foi uma reivindicação do Angelo. **Everton/Etnia Kaingang:** sobre a  
275 adequação do cardápio das escolas indígenas, estão sendo feita as trocas dos alimentos,  
276 e a nutricionista vai a escola e vê o que o Estado manda sem ter a participação do que o  
277 indígena precisa naquele momento. O Estado manda o cardápio e a nutricionista só vê a  
278 aplicação do que está sendo feito. A questão do luto também é respeitada na escola de  
279 seu território. **Fátima/Etnia Kaingang:** as escolas e merendas devem ser diferenciadas.  
280 Por vezes as crianças vêm com dor de barriga por comer ervilha, não podem comer  
281 enlatados. Quando os diretores são não-indígenas jogam a culpa para o núcleo, e o  
282 núcleo joga para a SEED, e a comunidade fica presa nessa questão de saber quem é o  
283 chefe. **Melissa/SEED:** expõe que a escola pode registrar no sistema merenda o que é  
284 rejeitado, pode solicitar ao núcleo a troca. A merenda é referência nacional, por  
285 agricultura familiar, tem diversidade e quantidade, e que por vezes quem preenche o  
286 sistema não sabe, mas deve ser preenchido pois é isso que diz para o Estado o que  
287 precisa ajustar. **Ionara/SEED:** cita que é orientado que a escola sinalize qual alimento  
288 não é consumido na comunidade, reforça o que a Melissa trouxe sobre a merenda escolar  
289 do Paraná ser referência no atendimento as comunidades. **Melissa/SEED:** complementa

sobre a necessidade de oficiar o CRAS de Terra Roxa para questionar sobre os casos de  
corte das bolsas, questionar o que está acontecendo, pois a informação do colégio  
estadual que atende as comunidades não está sendo essa. Está tendo algum choque de  
informações. **Mauro Leno/FUNAI:** pergunta se a incorporação do pinhão das  
comunidades na merenda avançou, e se existe nos campos das faltas algo específico de  
acompanhar os pais no artesanato, pois é um período de aprendizado. Se há orientação  
às direções para que não pesem a mão para crianças que acompanham os pais no  
artesanato. **Izaias/Etnia Guarani:** a justificativa das crianças é necessária, precisam  
verificar onde está sendo o problema. Receberam uma documentação que amanhã será  
entregue cesta em Guaíra, e o assistente social não queria que entregasse para a  
comunidade. Tiveram uma reunião com o MP e foi feito documento para o município  
entregar as cestas para cada comunidade, pois se a comunidade tiver que ir buscar os  
alimentos oferece riscos. **Melissa/SEED:** não tem informações sobre o pinhão, afirma que  
existe a perspectiva de desburocratizar as associações da agricultura familiar para  
distribuir o produto, e que por enquanto isso é uma perspectiva futura. Em relação as  
faltas, hoje há no Estado um sistema digitalizado para controle de frequência, em que é  
feito o acompanhamento do aluno. Nenhum servidor pode dizer que o aluno esteve  
presente se não esteve, para justificar legalmente a ausência somente em caso de  
atestado médico, luto registrado, e não computa falta para o aluno. Explica sobre o  
número de faltas dos alunos, que no campo de observação é possível registrar que a  
família está vendendo artesanato, é possível e orientado que esse aluno seja acolhido,  
compreendido e que tenha um reforço. Só não é possível justificar isso como presença ou  
abono de faltas, pois isso implica na legislação, se orienta o acolhimento e reforço do  
aluno, mas o dia letivo não tem como repor. **Secretária-executiva/Taise Alessandra**  
**Passos:** pergunta sobre as crianças não terem condições de chegar pela falta de ônibus  
se é justificado. **Ionara/SEED:** explica diferença entre justificar a falta e abonar, pois  
abonar é dizer que a falta não existiu, então, essas faltas são justificadas e não são  
prejudicados. **Eloy/Etnia Guarani:** fala do encaminhamento da questão do luto, se tiver  
prejuízo a comunidade se manifesta e vê se é possível fazer algo. **Melissa/SEED:** o  
encaminhamento para essa pauta é que o Conselho deve comunicar a SEED sobre a  
discussão, e as comunidades devem apresentar as suas formas de lidar com o luto e  
propor qual vai ser o protocolo nesse caso, a escola pode ter isso em seu regimento e

322 apresentar para o núcleo regional, o que não pode deixar de haver na previsão é o  
323 cumprimento dos 200 dias letivos. **Luiz/COHAPAR:** diz que o encaminhamento seria uma  
324 solicitação a SEED que oriente suas escolas em terras indígenas para que elabore esse  
325 plano de luto junto a comunidade. **Eloy** encerra a reunião. Esta ata foi redigida durante a  
326 reunião.